

O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA

EL MITO DEL DESARROLLO ECONÓMICO EN LATINOAMÉRICA

THE MYTH OF ECONOMIC DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

RESUMO

A problemática central deste artigo é aquela do mito mecanicista das teorias e dos modelos econômicos importados de outras experiências dos países centrais no passado, ou originalmente elaborados na América Latina, e que defendiam o crescimento e o desenvolvimento econômico sem se interrogar sobre a heterogeneidade dos contextos históricos e todos os efeitos destrutivos sobre os modos de vida tradicionais e sobre o meio dos países nos quais se procurou aplicá-los, no nosso caso, na América Latina. Estes preceitos mecanicistas envolveram tanto as economias ortodoxas quanto as economias heterodoxas, tanto os neoclássicos quanto os neoliberais.

Palavras-chave: Geografia Econômica; desigualdades regionais; América Latina.

ABSTRACT

The central issue of this article is the mechanistic myth of past economic theories and models that have been imported from the experiences of central countries or even crafted in Latin America. These theories advocate for abstract growth and economic development without considering the heterogeneity of different historical contexts and the detrimental effects of their implementation on traditional ways of life and the environment that occur when applying them. These mechanistic principles have encompassed both orthodox and heterodox economies, including neoclassical and neoliberal approaches.

Keywords: Economic Geography; regional inequalities; Latin America.

RESUMEN

El problema central del presente artículo trata acerca del mito mecanicista de las teorías y modelos económicos importados de experiencias pasadas de países centrales o incluso, elaboradas en Latinoamérica y que defendían el crecimiento y el desarrollo económico sin cuestionarse sobre la heterogeneidad de los contextos históricos así como de todos los efectos destructivos sobre los modos de vida tradicionales y sobre el medio de los países en los cuales se buscó aplicarlos, para nuestro caso, en Latinoamérica. Estos preceptos mecanicistas agruparon economías ortodoxas y economías heterodoxas, neoclásicos y liberales de la misma forma.

Palabras Clave: Geografía Económica; desigualdades regionales; América Latina.

 Claudio Luiz Zanotelli ^a

^a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.78521

Correspondência:

claudio.zanotelli@ufes.br

Recebido em: 15 ago. 2023

Revisado em: 08 nov. 2023

Aceito em: 15 fev. 2024



Introdução

A problemática central deste artigo é aquela do mito mecanicista das teorias e dos modelos econômicos importados de outras experiências dos países centrais no passado, ou originalmente elaborados na América Latina, e que defendiam o crescimento e o desenvolvimento econômico sem se interrogar sobre a heterogeneidade dos contextos históricos e todos os efeitos destrutivos sobre os modos de vida tradicionais e sobre o meio dos países nos quais se procurou aplicá-los, no nosso caso, na América Latina. Estes preceitos mecanicistas envolveram tanto as economias ortodoxas quanto as economias heterodoxas, tanto os neoclássicos quanto os neoliberais.

A questão central é a de por que, nos debates teóricos sobre o subdesenvolvimento, da teoria da dependência, ou sobre as distinções centro-periferia, da economia estruturalista ou de outras correntes mais ou menos críticas da América Latina (nisto não se distinguindo das outras correntes de economistas e das ciências sociais e humanas, incluindo a Geografia), muito pouco, a nosso conhecimento, se interrogou ou colocou como um ponto central a base energética e material sobre a qual deveriam se desenvolver a industrialização e seus efeitos destruidores sobre as sociedades tradicionais e os meios ambientes diversos. Uma exceção que confirma a regra, entre os economistas, é Celso Furtado, que, desde o início dos anos 1970, falava dos mitos e dos limites do crescimento econômico (FURTADO, 1974).¹

As propostas de industrialização e de “desenvolvimento” na América Latina, em todo caso, em países como o Brasil, utilizaram como fonte de energia predominante, até meados do século XX, a madeira oriunda das matas (Dean, 1996), bem como acentuaram e aprofundaram a utilização de minerais e centraram a sua busca de desenvolvimento sobre a “conquista de uma autonomia energética” e a abertura de “novas fronteiras” em busca da afirmação da “soberania”², que levaram à devastação de largas partes da natureza (incluindo as matas e os bichos que nela viviam) e dos territórios tradicionais.

Não temos nenhuma pretensão aqui de abordar as questões com uma visão de “totalidade” tanto teórica quanto empírica, pois a heterogeneidade entre os países da América Latina e dentro destes países é muito grande, e não é o propósito, nem há espaço para tal, e nem temos competência para sequer tentar realizar uma síntese das diversas correntes de crescimento econômico e de desenvolvimento, bem como das

¹ Veja-se também a obra organizada por (MENDES, 1977), que publica artigos e intervenções de um colóquio realizado na Itália naquela época, que contou com Cornelius Castoriadis, entre outros pesquisadores, que foram extremamente críticos com a constatação do fracasso dos planos de desenvolvimento.

² Uma busca de “soberania” que, como indica (WALLERSTEIN, 2006), fez abdições, no caso dos movimentos socialistas e terceiro-mundistas dos anos pós-Segunda Guerra: “Em vez de julgar a luta pelo socialismo como luta para transformar o sistema capitalista mundial com sua economia-mundo fundada na lei do valor e seu sistema interestatal superestrutural, que se baseia na suposta soberania dos Estados e no equilíbrio de poder, esses movimentos entram sem mais reflexão no jogo da tomada do poder do Estado a fim de ‘compensar o atraso’, ou seja, a fim de fazer sua própria ‘revolução industrial’”.



diversidades de suas aplicações e consequência. Assim, nosso objetivo se traduz em nos limitar a invocar alguns aspectos e análises em apoio às teses avançadas, e de modo algum se pretende aventar um modelo ou princípios gerais que seriam passíveis de serem aplicados sobre toda a região ou todos os países, ou parte deles.

Em termos metodológicos, pensamos que um retorno crítico, mesmo que sob a forma de um esboço, sobre o crescimento e desenvolvimento econômicos vale a pena para tentar aclarar os pressupostos mecanistas sobre os quais eles se apoiavam e que levaram à determinação indeterminada do estado atual da sociedade/natureza e às aplicações de muitas “ideias fora do lugar”, no sentido em que Roberto Schwartz analisa os escritos de Machado de Assis sobre as ideias de fachada das classes dominantes brasileiras. Estas adquiririam no século XIX uma “ilustração” “liberal” na Europa para “justificar” sua dominação e seus “favores” às outras classes, inclusive se servindo do “liberalismo” político – e econômico - sob a forma discursiva da “eloquência” como maneira de justificar a não concessão de “favores” ou de direitos às classes despossuídas (SCHWARZ, 2014). Isto poderia servir de mote para pensarmos os discursos de “industrialização” a qualquer preço, sem concessão e redistribuição social, uma fuga para a frente submetida a uma injunção que vem de fora, como forma de “ilustração” para manter sob rédeas curtas o proletariado e justificar o “crescimento para depois repartir o bolo”, como durante o “milagre econômico” no curto período de crescimento econômico exponencial na ditadura militar brasileira começada em 1964.

No passado, mas ainda em muitas análises contemporâneas, na crítica aos descompassos de desenvolvimento entre o centro e as periferias, se considerou a natureza como um pano de fundo, uma fonte de recurso, uma dádiva, cujo valor somente tinha sentido se ela estivesse inserida na produção de raridades produzidas pelo trabalho, uma espécie de lugar imóvel, que deveria acolher os movimentos da “verdadeira” história dos homens que é a construção liberadora dos meios de produção. A maior parte das matrizes dos pensadores e dos formuladores de políticas não colocaram limites ao ilimitado crescimento econômico pretendido e visto como sinônimo do desenvolvimento.

Desenharemos sob forma de um esboço, dado o fato de que as correntes e nuances são numerosas, e a partir de uma escolha baseada na ontologia e epistemologia realizadas por alguns autores, o quadro conceitual predominante do crescimento e de desenvolvimento econômico que se inspiraram no pós-Segunda Guerra Mundial das políticas recomendadas de planificação e intervenções estatais, que procuravam apoiar a industrialização como forma de desenvolvimento inserida no movimento mais amplo de expansão capitalista, em particular a americana, mas que se inscreviam sobre um pano de fundo de poder e de saber particulares que sempre se basearam na ideia do “atraso” dos nossos países, no “subdesenvolvimento” de suas populações, que deveriam almejar o radioso progresso alcançado pelas nações do centro. Para isto, elas



deveriam apoiar as suas classes dirigentes, dominantes, suas burguesias nacionais, no processo de amearhar a poupança nacional – e para tal demandar empréstimos de capitais aos países do Norte Global para formar a base industrial –, promover investimentos e, em seguida, distribuir salários que, pela demanda, fariam a máquina funcionar em moto-perpétuo, uma verdadeira caixa mitológica sistêmica fechada com *inputs* e *outputs*.

Claro, as decepções com os desenvolvimentos foram numerosas e emergiram as críticas às burguesias nacionais e ao uso do Estado nacional por elas, seu rentismo e predação em vez de pensar no “país”, afloraram as referências aos “mitos do desenvolvimento” depois da aparição e a crítica cada vez maior dos ilimitados desenvolvimentos do capitalismo que levaram ao inefável, e bem-vindo, apelo aos “limites do crescimento”. Nessa perspectiva, a posição que deve ocupar o Estado sempre foi fundamental, agente coletivo, mediador das forças, agente econômico ou representante das maiorias “sem vozes”. Isto, malgrado a evidente importância, e necessidade, de se constatar o Estado e sua centralidade nas diversas esferas sociais e um Estado mais voltado para políticas públicas de inclusão (mão esquerda do Estado quando sob governo de correntes mais preocupadas com os destinos sociais de seu povo), revela um pensamento estadocentrista, conforme podemos depreender da constituição histórica do Estado que se legitima e constitui a partir de da concentração em suas mãos do poder material e do poder simbólico, conforme pode-se constatar em Bourdieu (2012), o que de certa maneira recobre outros processos sociais e a própria crítica necessária do Estado como correia de transmissão das dominações sociais e construtor das legitimações dos processos destrutivos provocados pela “economia”, em seu sentido de inefável “ciência” da legitimação da dominação social.

Assim, para a crítica dos mitos do desenvolvimento e do crescimento econômico nos basearemos em autores como Escobar (2014), Wallerstein (2006), Oliveira (1975) Cardoso e Faletto (1970), Mitchel (2011) e Brandão e Siqueira (2020). Para as críticas ao neoliberalismo nos basearemos em Foucault (2004a, 2004b) e Dardot et al. (2021)

A estrutura do texto está organizada da seguinte forma, inicialmente abordaremos os fundamentos das racionalidades do crescimento econômico e do desenvolvimento, para em seguida, demonstrar os seus desdobramentos no pensamento dominante e nas ações de desenvolvimento na América Latina.



Mitos do crescimento e do desenvolvimento econômico na América Latina

Os fundamentos

Escobar (2014) contextualiza o crescimento e o desenvolvimento econômicos - que serão tratados aqui como próximos, apesar das diferenças importantes que existem entre estes dois termos e entre diferentes correntes da economia e da sociologia do desenvolvimento³ – voltados para a América Latina a partir do pós-Segunda Guerra Mundial com a emergência da crítica à teoria geral neoclássica do equilíbrio e do valor utilidade e das crises engendradas com as ideias de concorrência e do liberalismo econômico, que farão emergir as propostas de uma maior intervenção e controle do mercado por parte dos Estados.

Estas crises abrirão, por outro lado, a possibilidade de emergência de novas formas de governamentalidade, como as chamava Foucault (2004), que desembocarão nas ações e reflexões neoliberais ainda nos anos 1930 na Europa.

Foucault (2004, p. 63) dizia que o mercado capitalista foi erguido gradualmente, no tempo, “como uma regra e a norma das práticas governamentais” fundadas num mecanismo dito “natural” – que nada tem de natureza no sentido contemporâneo do termo –, que seria o modelo de funcionamento dos mercados e dos governos em relação a esses mercados. Haveria, assim, entre outras coisas, algo permanente – a “natureza” –, uma essência original dos mecanismos de concorrência sobre os quais os governos deveriam se pautar. Construiu-se, desse modo, muito mais um “naturalismo” – no sentido de algo que acontece, como se diz naturalmente ou mecanicamente, ou que é naturalizado como o fixo – do que um “liberalismo”, e que se baseia mais em uma “espontaneidade” ou uma “mecânica interna” dos processos econômicos que de uma liberdade jurídica reconhecida como tal aos indivíduos. Desenhava-se, desta maneira, um pretense “naturalismo governamental” fundado no governo das populações e tendo como fundamentos o “interesse” e o mercado. Assim, esse liberalismo que emerge na segunda metade do século XVIII é o “*laissez-faire*”, o não governar demais nos assuntos do Mercado, princípio de limitação do Estado, o lugar onde o Estado não poderia intervir, lugar da verdade, da busca do “preço natural” ou do “bom preço”, do “preço de equilíbrio” dos neoclássicos. Mas, como demonstra Wallerstein (2006), este capitalismo nunca abriu mão historicamente da contribuição do Estado mesmo em seus períodos de “revolução industrial”; muito pelo contrário, como invoca neste sentido Oliveira (1975, p. 102), a propósito da centralização dos capitais no Brasil a partir dos anos 1950-1960:

³Há muitas *nuances* entre os dois termos, mas, para nosso propósito, estudaremos a compreensão simplificada e mecanista de uma teoria de desenvolvimento que irá inspirar, segundo os períodos, parcial ou totalmente, os crescimentos econômicos concretos em diversos países da América Latina. Para um debate sobre os polos de crescimento e de desenvolvimento ver Perroux e Boudeville (1968) e (Martins, 1984). Para uma crítica nos anos 1990 ao profetismo econômico, aos mitos do desenvolvimento e a captura oligárquica do “desenvolvimento” no Brasil, ver (Albuquerque, 1992) ou ainda Oliveira F. (1975).



Faz-se necessário utilizar para o financiamento da centralização todo o potencial inscrito no próprio nível de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, toda a riqueza nacional. Parte desse potencial está nas mãos do Estado, que o capta como imposto; e a utilização do imposto como *crédito* é a forma pela qual aquela parte da riqueza nacional captada pelo Estado financia o movimento da centralização.

Com a crise do liberalismo clássico e os questionamentos da economia neoclássica⁴ entre as duas grandes guerras do século XX, é crescente a intervenção dos Estados na economia. Mas, também, estrategicamente, emergem práticas e teorias neoliberais ainda não hegemônicas e que de uma maneira ou de outra reinterpretarão e se apoiarão nas teses clássicas e nas teses da economia neoclássica.

Para os neoliberais, em particular os ordoliberais alemães que tiveram um grande papel na reorganização do Estado alemão e na Comunidade Europeia no pós-guerra, como o indica Foucault (2004b), a concorrência pura é um objetivo e não será nunca atingida, ela supõe uma política ativa e não um *laissez-faire* de uma concorrência livre e perfeita. Ela é um objetivo histórico a respeitar e não um dado da natureza. Desse modo, a concorrência é uma “essência”, no sentido de um princípio formal, um *eidos* em referência à Husserl, ela “[...] tem sua lógica interna, tem sua estrutura própria, seus efeitos somente se produzem se esta lógica é respeitada, é um jogo formal entre desigualdades” (FOUCAULT, 2004a). As condições para que ela seja realizada devem ser artificialmente organizadas e, portanto, devem ser construídas por uma governamentalidade; tem-se, assim, que governar pelo mercado antes de governar por causa do mercado; ela deve ser, portanto, histórica.

Apesar de uma fobia intrínseca ao Estado dos neoliberais, em graus diferentes segundo as diferentes e heterogêneas correntes, defende-se algum tipo de garantia formal estatal da concorrência por meio de normas que a assegurem. Os ordoliberais dirão que o Estado tem defeitos intrínsecos e, portanto, se teria que ir mais longe que os liberais que defendiam o princípio de “limitação do Estado” pela economia de mercado, o Estado sendo o regulador externo dele. Eles defendiam que o mercado deveria ser o princípio de regulação interna do Estado: em uma fórmula: “Um Estado sob vigilância do mercado antes que um mercado sob vigilância do Estado!”.

No entanto, no imediato pós-guerra, o que se vê é a proliferação de uma economia sob forte intervenção estatal e uma regulação da concorrência, bem como propostas de desenvolvimento associadas à expansão do mercado mundial comandada pelos Estados Unidos, como indica Escobar (2014, p. 126), e se postula, então, o desenvolvimento das economias nacionais baseado no crescimento econômico⁵. Um sistema abstrato e

⁴ Como indica (HERSCOVICI, 2020), os neoclássicos do fim do século XIX invocavam uma concorrência plena e perfeita entre agentes sociais, estabelecendo hipóteses a-históricas de concorrência e equilíbrio de oferta e de demanda dos agentes econômicos.

⁵ Sobre a diversidade dos países que se classificavam sob o rótulo de subdesenvolvidos e sua ambiguidade e sobre a emergência do conceito de Terceiro Mundo e suas ambiguidades, pode-se ler (LACOSTE, 1981, 1991). Lacoste nos mostra como estas classificações



geral foi proposto e funcionaria, conforme o autor, como a teoria do equilíbrio geral neoclássico, segundo a qual de um mecanismo se deduz o crescimento quase mecânico: a poupança leva a mais investimentos, que aumentam os lucros, que geram, por sua vez, mais investimentos, e que, num ciclo “virtuoso”, levariam a maior volume econômico e maior distribuição, o que percolaria por toda a sociedade. Estas teorias, frequentemente a-espaciais e a-históricas, pretendem repetir alguns modelos baseados numa interpretação no mínimo questionável da história da “revolução industrial” europeia e em particular inglesa, que não é o idílio que se pretendeu no século XIX entre uma transição do trabalho no campo para o trabalho industrial, e que ela estaria baseada numa “revolução agrícola”, o que, constata Wallerstein (2006, pp. 58-59), não teria ocorrido. Nos fins de contas, diz-nos Wallerstein, as leituras que fazem alguns supõem valorações que representam uma luta material e simbólica, inclusive na própria Europa ocidental, que procuraria opor nos esquemas interpretativos da “evolução industrial” países tão próximos economicamente, como França e Grã-Bretanha, a fim de contrapor os “bárbaros” *versus* os “civilizados” para justificar a hegemonia britânica sobre o mundo no século XIX. Trata-se de um esquema que, segundo o autor, será reproduzido no pós-Segunda Guerra de maneira diferente, pois o “conceito de revolução industrial” nesta época terá um outro papel:

Tanto para os liberais como para os social-democratas europeus, ele constitui uma maneira de atribuir o ônus da culpa ao Terceiro Mundo por sua incapacidade de alcançar os padrões de vida econômico do Ocidente exceto se estiver pronto a assimilar assiduamente a cultura ocidental (WALLERSTEIN, 2006, p.62).

Aplica-se, assim, uma certa disciplina de uma visão do “desenvolvimento” europeu do passado aos países que se chamavam periféricos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, localizados no espaço denominado de Terceiro Mundo. Dessa forma, o crescimento econômico de um quadro de análise dos ciclos econômicos particulares e da inovação e suas retroalimentações⁶, no entreguerras, passa, no quadro das desigualdades entre as nações, a ser considerado como um remédio para a pobreza (ESCOBAR, 2014).

problemáticas servirão justamente a alguns propósitos ou a unificações que justificavam determinadas políticas. Sobre Lacoste e sua transformação crítica em relação aos Terceiros Mundos, Anjos (2022) fez uma excelente dissertação, tratando da diversidade de abordagens de Lacoste quando aplica métodos baseados na multi(trans)escalaridade sobre o Terceiro Mundo, demonstrando a construção desta ideia, em particular lastreada, em parte, na história da América Latina. Santos (2003 [1979]) também se refere aos subdesenvolvidos, numa certa perspectiva evolucionista, conforme o célebre subtítulo do livro *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, publicado na França em meados dos anos 1970.

⁶ Ver sobre os ciclos econômicos entre crises e crescimento, a obra *Teoria do desenvolvimento econômico*, de (Schumpeter, 1978), que faz uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Nesse livro, escrito no início do século XX e corrigido nos anos 1930, há 90 expressões de “natureza”, e todas elas dizem respeito ao sentido de função, de essência, de uma coisa, como no caso de “a natureza do crédito”. Não há na obra nenhuma preocupação com poluição, e as crises destruidoras dos meios de produção são tratadas como parte de ciclos que serão superados pelo novo crescimento e/ou desenvolvimento, e a noção de destruição da natureza, salvo melhor interpretação, não é abordada. Também nesse livro há uma espécie de ética empresarial, sobre o criador de empresa, que por seu espírito pioneiro e sua capacidade de inovação seria o verdadeiro agente do desenvolvimento econômico. A esse respeito Foucault (2004, pp. 152-153) sustenta que com o neoliberalismo há um retorno a esta “ética do empresário”, mas em condições diferentes da que fala Schumpeter. No entanto, em outro livro dos anos 1940, (Schumpeter, 2016) anuncia o “crepúsculo da função de empresário” quando prevê o advento da economia planificada e a quase impossibilidade da sobrevivência do capitalismo por causa da emergência dos monopólios como aspecto social que leva a crises, não por causa de contradições do capitalismo, mas por causa dos processos de concorrência que chamam cada vez mais uma organização monopolística, como fenômeno social, pois há uma



No entanto, haveria uma espécie de confluência entre esta evolução da intervenção econômica do Estado com sua penetração e controle pelo capitalismo, mesmo que o Estado empreendedor seja criticado pelo conjunto dos neoliberais que contribuíram para introduzir, por exemplo, na constituição chilena outorgada pela junta comandada pelo ditador Pinochet, o princípio de subsidiariedade segundo o qual o Estado e seus organismos “[...] não podem participar dos mercados, a menos que a iniciativa privada seja insuficiente e sob reserva de uma autorização dada pelo Congresso” (DARDOT et al., 2021). Isto porque as teorias do equilíbrio e concorrência, que passam à expansão via planejamento e Estado empreendedor, seriam, como nos diz (MITCHELL, 2011)⁷, além de uma forma de resposta nos países europeus e, nos Estados Unidos, à irrupção do povo na política – sob um fundo de emergência do nazismo, do fascismo e dos conflitos trabalhistas – após a crise de 1929, por meio da planificação e desenvolvimento, uma invenção de um dispositivo moderno de cálculo e de contabilidade nacional de governo nos anos 1930, estabelecendo a *expertise* econômica como central⁸. Mas poderíamos aproximar disto o fato de que as intervenções e enquadramentos neoliberais que serão propostos elegem o intervencionismo constitucional e legal como modo de regular a economia, o que poderia se aproximar desta função do cálculo público e de certos monopólios – ainda que haja muitas divergências entre os neoliberais sobre o papel de “regulação” do Estado – tolerados pelos estados em determinadas funções no pós-guerra como parte do compromisso de regulação fordista.

Mitchell (2011, p. 173) faz uma distinção em relação à palavra “economia”, dizendo que antes dos anos 1930 ela designava um processo, era sinônimo de governo, de gestão de “recursos e das populações”, como sugere a expressão “economia política”, mas a partir dos anos 1930 ela adviria como um objeto central da política democrática no ocidente e que terá como corolário no resto do mundo a aparição do “desenvolvimento”. A economia, assim, para ele, se torna um objeto em que a gestão seria a tarefa principal do governo e que necessitaria de um saber especializado. Nota-se, porém, aqui uma diferença em relação à Foucault, que não faz uma distinção particular desta economia de gestão do Estado e fundadora de uma nova “economia nacional” como objeto de cálculo (MITCHELL, 2011, p. 174-175). Parece-nos que Mitchell quer demonstrar que mesmos os intervencionismos econômicos faziam parte desta economia empresarial enaltecida (tanto

tendência à incorporação e centralização próximas do Estado (Foucault, 2004, pp. 182-184). Os neoliberais responderão a isto dizendo que não há uma fatalidade na concorrência que a levaria ao monopólio, donde advêm as propostas de uma nova governança para tentar evitá-lo por uma intervenção social e um intervencionismo jurídico com um novo quadro institucional da economia protegida por uma legislação formal (FOUCAULT, 2004, pp. 182-184), que, como sabemos, não surtiu efeitos, os monopólios e oligopólios hoje são legião.

⁷ Em *Democracia do carbono*, Mitchell (2011) analisa os quadros das mutações econômicas ocidentais baseadas nas passagens do uso da energia do carvão para o petróleo.

⁸ Em relação aos modos de regulação que começam com o fordismo/keynesianismo e depois continuam no que ele chama de modo de regulação flexível em relação ao período neoliberal, ver (HARVEY, 1999). Mas, para uma compreensão dos diferentes regimes de acumulação que engendram modos de regulação distintos, segundo a abordagem do que ficou conhecido como Teoria da Regulação e que faz uma distinção entre intervenção keynesiana nos quadros do mercado capitalista e uma abordagem crítica sobre os modos de acumulação do regime capitalista de grandes empresas, ver (BOYER, 2004).



pelos analistas econômicos do entreguerras, como Schumpeter, quanto pelos neoliberais), mas podemos nos perguntar até que ponto este empresário “inovador” schumpeteriano resgatado na teoria neoliberal permanece como o modelo do empresário na atualidade, em que são os interesses dos acionistas e da distribuição de dividendos que primam na gestão das empresas.

Não temos espaço aqui para aprofundar estas análises de Mitchell (2011, pp. 182-184) e nem debater sobre as nuances dos diferentes regimes de acumulação, mas o autor invoca algo de relevante, o fato de que houve uma batalha no início do século XX para decidir a relação da economia com a natureza. De um lado, uma visão da economia dos recursos naturais e dos fluxos de energia, defendida nos Estados Unidos por Richard T. Ely e Thorstein Veblen, que estavam preocupados com as questões dos “recursos naturais e de sua diminuição”, bem como com o consumo excessivo e “ostentatório” e a dissipação e conservação da “energia”. De outro lado, uma economia dos preços e dos fluxos monetários. E esta venceu a batalha estabelecendo, a partir da medida da moeda e dos preços, a “economia como ciência da moeda”, ou o que Mitchell denomina de “economia”. Neste sentido, ele nos diz que, durante

[...] a primeira metade do século XX, numerosos dispositivos e instrumentos novos tonaram possível as formas de cálculo e de práticas de representação que permitiram conceptualizar e gerir os movimentos monetários que representavam a economia nacional (MITCHELL, 2011, p.184-185).

Este último grupo era constituído, entre outros, por Irving Fisher, inventor do primeiro índice de preços de matérias-primas e sobre o poder de compra do dólar e que foi popularizado nos Estados Unidos. Mas Fisher também foi um defensor do eugenismo, “[...] participou da criação de uma associação para melhorar a raça e fundou em 1922 a Associação Americana pelo eugenismo”. A melhoria racial, portanto, fazia logicamente parte de sua teoria econômica. O trabalho humano sendo uma forma de riqueza ou de estoque de capital, como “o capital não humano”, e, portanto, era um recurso que poderia ser melhorado ou se deixar degenerar (MITCHELL, 2011, pp. 184-185). O progresso da sociedade repousava sobre as escolhas feitas pelos indivíduos

[...] entre consumir para o presente ou investir para o futuro. Estas decisões estavam afetadas pelo controle de si de cada um, pela esperança de vida, pelo seu senso de economia e seu grau de previsão – coisas que evidentemente faltavam às “raças” inferiores e aos membros degenerados da “raça” superior (MITCHELL, 2011, p. 185).

Fisher dizia que a remuneração é o produto de um capital, e “capital” é tudo aquilo que poderá procurar uma remuneração futura. A partir daí, como diz Foucault, se se admite o salário como uma remuneração, ele é uma remuneração de um capital, e o que é este capital? É o conjunto de “todos os fatores físicos, psicológicos que torna alguém capaz de ganhar um tal tipo de salário”. Foucault diz que para outros economistas, como Becker e Shultz, posteriores a Fisher, o trabalho comporta um capital, uma aptidão, uma competência que estabelecerá o capital humano como forma de valor, e este novo *Homo economicus* será um empreendedor



de si mesmo e não aquele parceiro da troca, de teoria da utilidade a partir de uma problemática da necessidade (FOUCAULT, 2004a). Vemos aqui uma outra perspectiva de valor e do empresário, mas que não temos espaço de analisar detidamente aqui.

Fisher, segundo Mitchell (2011, p. 185), pretendia, por outro lado, com sua estratégia discursiva, que a “ciência econômica não deveria estudar as capacidades e os recursos da natureza, mas se interessar às capacidades e recursos humanos, melhor eles seriam e melhor e mais racional seria a utilização dos recursos naturais”. Portanto, capital humano, a ser melhorado, *versus* recursos naturais.

O mito do desenvolvimento e do crescimento econômico e seus efeitos sobre o meio na América Latina

Assim, a “economia” neste sentido do fator humano e monetário preponderante – se pudermos usar o que fala Mitchell sobre Fisher, buscando a eficiência do fator humano, favorecendo a sua formação, o “civilizar e formar as populações tradicionais para a economia” – surgiria como a chave do desenvolvimento, do “civilizar” para o trabalho na fábrica, como falavam alguns economistas enviados pelas agências internacionais ao continente latinoamericano. Porém, como no caso particular dos países da América Latina, o desenvolvimento, que viria da indústria, não teria poupança interna suficiente para deslançar – ainda que em países como Brasil, Argentina, México e Colômbia houvesse em meados do século XX uma indústria de bens de consumo bastante desenvolvida resultado da “substituição de importações” no entreguerras e de processos econômicos próprios baseados em excedentes de exportações de produtos primários (BRANDÃO, SIQUEIRA, 2020; CARDOSO, FALETTO, 1970). Para que esta industrialização, sobretudo a dita de “base”, se desenvolvesse plenamente, propunha-se o aporte de capitais externos que estimulariam os investimentos e que gerariam mais produtos. E, em consequência, mecanicamente haveria uma acumulação de capital, que, pretendia-se, geraria mais investimento, maiores lucros e maior distribuição salarial, promovendo o aumento geral da demanda de forma circular.

Pretendia-se, deste modo, que a industrialização abrisse as vias da modernização das economias “atrasadas” em países cuja maioria da população habitava o espaço rural, bem como se objetivava propagar entre os nativos a racionalidade adequada, acostumando-os à disciplina fabril (ESCOBAR, 2014, p. 132), como vemos, talvez, resquícios das doutrinas de Fisher e do que vimos das dualidades progresso/atraso que justifiquem as dominações internacionais no sistema-mundo.

Os vários modelos dominantes que foram avançados, debatidos e aplicados, como analisa Escobar, e que não vem ao caso de detalhar aqui, pretendiam, para somente citar alguns, escapar do círculo vicioso da pobreza (Myrdal) por meio de efeitos em cadeia (Nurkse), estimular efeitos para frente e para trás nas cadeias



produtivas (Hirschman), ou ainda se difundiam as leituras de que haveria na América Latina uma economia dual, moderna e tradicional, e que esta última deveria ser transformada e modernizada (ESCOBAR, 2014, p. 134-135; OLIVEIRA, 1975). Como indica Escobar (2014, p. 137), o que é tradicional era visto como atrasado, primitivo, vivendo em outro tempo, obscuro, em meio à modernidade luminosa. Trata-se de modelos que, de uma maneira ou de outra, fracassarão ou serão insuficientes para explicar o real.

Assim, um dos problemas elencados pelos estudos das consequências das aplicações destes modelos aceitos pelas classes dominantes nacionais foi o fato de aumentarem, por parte dos países da América Latina, a dependência das economias centrais, tanto para o fornecimento de máquinas e equipamentos de base para as indústrias que se instalavam quanto em relação ao endividamento exacerbado que gerou ainda mais dependência, num ciclo sem saída, resultando no contrário do que pretendiam.

Como demonstra Escobar (2014, p. 139 e ss.), no entanto, em relação a estes modelos a-históricos e preconceituosos se construiu um pensamento divergente ligado ao grupo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que demonstrava a deterioração histórica dos termos de troca que afetavam os bens primários dos países da periferia, mas reconhecendo, como nas teorias criticadas anteriormente, que o produto por trabalhador era menor na periferia, pois ela tinha excedente da mão de obra, portanto havia aí menor capacidade de acumulação de capital. Assim, os economistas ligados à CEPAL invocavam a necessidade de uma política específica de industrialização para ter acesso às moedas convertíveis internacionais, componente essencial do crescimento econômico que determinava a capacidade para importar bens de capital para a industrialização. Porém estas políticas também em parte malograram, acentuando os endividamentos externos, a inflação e apostando numa virtuosidade de uma burguesia nacional que não existia, pelo fato de ela ser rentista e usurária e não pretender abrir mão de seus privilégios.

Sem uma reforma agrária efetivamente realizada em países onde a estrutura agrária sempre foi controlada por oligarcas e com políticas de estímulo a migrações campo-cidade e de expansão das fronteiras internas para dar vazão aos conflitos, produziu-se uma “urbanização” sem uma concomitante e massiva industrialização. Assim, as cidades do Terceiro Mundo não seguiram os modelos apregoados (investimentos industriais, ganhos de produtividade no campo, migrações para as cidades que necessitavam de trabalhadores para as indústrias de massa). Ao contrário, houve uma urbanização sem trabalho para todos, o que levará à expansão sem fim das grandes cidades de maneira precária e a uma industrialização com um regime fordista capenga (o circuito “superior”) associada ao circuito “inferior” da economia urbano, como o designará Milton Santos, e que será destinado somente a alguns setores do operariado da indústria de consumo voltada para as “classes médias” e superiores, gestando-se ao mesmo tempo uma concentração fundiária, uma rentismo urbano, acompanhado de uma desigualdade regional e intraurbana e uma expansão sem fim dos trabalhos



subintegrados e pouco remunerados. Em uma palavra, trata-se dos “informais” das relações de trabalho, que são um problema, digamos, estrutural de nossas economias⁹.

Retomando a análise sobre a CEPAL, por outro lado, Brandão e Siqueira (2020, p. 9), de maneira dissonante em relação a Escobar, afirmam que:

Seu objetivo [da CEPAL] era debater o processo de desenvolvimento desigual nas periferias do capitalismo e tentar estruturar tanto o pensamento nessa direção quanto iniciativas concretas de planejamento voltadas para acabar com tais desequilíbrios, tudo dentro do contexto da dinâmica do capitalismo como sistema global.

Ou seja, os economistas ligados à CEPAL¹⁰ teriam buscado

[...] ferramentas que pudessem ser aplicadas em um contexto periférico singular às regiões geográficas mais populosas, contrastantes e desiguais do mundo, reunindo e forçando a uma coexistência contraditória as mais extremas disparidades entre atraso e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (BRANDÃO; SIQUEIRA, 2020, p.9.).

Críticos aos economistas conservadores e/ou enviados pelos organismos internacionais com seus modelos, como vimos antes, Brandão e Siqueira (2021) dizem que o *mainstream* conservador das concepções europeias e americanas – com suas visões predominantemente capitalistas – ignorou e permaneceu alheio ao fato de que a penetração de fatores modernizadores em ambientes altamente subdesenvolvidos, em termos de relações sociais e forças produtivas, requer necessariamente hibridação de estruturas diferenciais. Comentando a obra de Celso Furtado e sua importância na CEPAL e nos planos e programas de desenvolvimento do Brasil nos anos 1950 e início dos anos 1960 com a criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e como ministro do planejamento do governo João Goulart, os autores afirmam que ele realizou uma “interpretação ampla dos processos sociais historicamente determinados que poderiam revelar o acúmulo dos atrasos estruturais” (BRANDÃO; SIQUEIRA, 2020). Assim, segundo Brandão e Siqueira (2020, p. 10): “Este método permitiu-lhe compreender de forma abrangente o processo específico e intrincado do subdesenvolvimento como uma malformação estrutural, geneticamente dotada de uma capacidade considerável de persistência, cumulatividade e reprodução.”

Assim, há muitas interrogações sobre a situação política interna e externa e as relações de poderes que faziam com que os países da América Latina - no caso comentado pelas posições complexas de Celso Furtado -,

⁹ Sobre este, tema ver as obras de *As cidades dos países do Terceiro Mundo* (SANTOS, 1971) e *Os dois circuitos da economia urbana* (SANTOS, 2002) e também Oliveira (1977). Sobre os informais na América Latina, consultar Lautier et al. (1991).

¹⁰ Sobre os fundadores das Ciências Sociais na América Latina, em particular a relação de Celso Furtado com Raúl Prebisch na CEPAL, ver (TRINDADE, 2021).



questionassem os “bloqueios” de sociedade como a brasileira e cujas classes dominantes para manter seus privilégios se enghavam em se manter “subdesenvolvidas”, e, portanto, estes espaços eram diferentes

[...] daqueles espaços nacionais que conseguiram avançar na acumulação conjunta e na diversificação da demanda, os subdesenvolvidos privilegiaram transformações ligadas ao dinamismo da demanda final (modernização), ao invés da acumulação reprodutiva e diversificação do aparato produtivo para atender as necessidades do mercado interno (industrialização) (BRANDÃO; SIQUEIRA, 2020, p. 10).

No entanto, para Escobar, de maneira geral e sem entrar em análises detalhadas das correntes de pensamento, o desenvolvimento econômico para os economistas da CEPAL seguiu sendo, apesar de seus pontos importantes de divergência com as teorias importadas, uma busca por um “processo de acumulação de capital acoplado ao progresso técnico” (ESCOBAR, 2014, p. 139). Onde em sua época Fernando Henrique Cardoso fez a crítica dizendo que estas propostas “teriam a originalidade de uma cópia” (Cardoso, 1984) *apud*. Escobar, 2014, p. 139).¹¹

Neste particular acreditamos que a leitura de Escobar não é suficientemente exata sobre o livro *As ideias no seu lugar*, de Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário do que deixa entender Escobar, Cardoso (1984) faz uma análise rigorosa das ideias e propostas da CEPAL que se transformam ao longo do tempo, e diz que sobressai delas um núcleo inovador desde os primeiros textos e análises de Prebisch em 1949, donde se destaca a principal tese da deterioração dos termos das trocas entre países do Centro e da Periferia capitalista (1984 [1980], p. 26) em função das taxas diferenciais de produtividade entre estas economias e de fatores políticos e sociais que impediriam uma expansão para os países da periferia destes ganhos de produtividade. Porém, quando a industrialização se consolidou, em meados dos anos 1950 e nos anos 1960, ela se centrou em bens de consumo, e não em bens de capital, num quadro de protecionismo e de oligopólios. Isto levou ao “desenvolvimento perverso”, reconhecido pelos economistas da CEPAL posteriormente, o que provocará a emergência de análises sobre a dependência estrutural – teoria da dependência –, que será desenvolvida, entre outros, por Furtado, Cardoso & Faletto. Provocará, também, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, pois as economias centrais e periféricas são “interdependentes” ou “associadas”, gerando desequilíbrios e dependência nos desenvolvimentos, reiterando as desigualdades, mais uma vez, dos termos das trocas, que se tornam atuais naquele contexto e que, poderíamos dizer, com a expansão da industrialização pesada, no caso do Brasil, nos anos 1960-1970, com os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, vão receber as indústrias necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, que, no entanto, já estavam relativamente em crise nos países centrais por razões diversas, entre elas, as ambientais.

¹¹ Sobre as posições de Cardoso acerca da CEPAL, com nuances e muito mais complexas do que deixa transparecer essa citação, ver *As ideias no seu lugar* (CARDOSO, 1984).



Citando Anibal Pinto, Cardoso diz que ainda nos quadros da CEPAL se produziu uma das teorias mais originais sobre a desigualdade interna na repartição de benefícios do crescimento da produtividade, demonstrando uma “heterogeneidade estrutural” das economias latino-americanas, demarcando-se de teorias dualistas, pois um certo modo de desenvolvimento se baseou sobre polos de modernização, provocando “uma tripla concentração dos benefícios do progresso técnico, ao nível social, ao nível da estratificação econômica e ao nível regional” (PINTO Apud CARDOSO, 1984, p. 53).

Cardoso, por fim, reitera a originalidade das teses da CEPAL, apesar de seus limites, e o desconhecimento e as redescobertas e reapropriações que diferentes escolas fizeram delas sem necessariamente reconhecer o aporte inovador da crítica nas relações internacionais que a CEPAL e seus teóricos trouxeram, demonstrando que elas não eram cópias, mas, antes, que eram originais, inscrevendo-se num largo movimento de ideias que incorporavam influências da economia keynesiana, mas também clássica e marxista, mas com uma abordagem particular que não tinha sido teorizada e praticada até então.

A referência à cópia original, no título de um capítulo do livro citado de Cardoso: *A originalidade da cópia: a CEPAL e a ideia de desenvolvimento*, na realidade é enganadora, pois a cópia original a que se refere Cardoso, e isto dito de maneira elogiosa, é a de Sraffa, que teria por vias outras chegado a conclusões, pelo menos em parte, semelhantes às dos teóricos da América Latina, e teria feito uma releitura original, uma “cópia”, de Ricardo, para criticar a teoria neoclássica de preços dos termos de troca (Cardoso, 1984). Na realidade, o próprio título do livro *As ideias em seu lugar* é uma referência provocadora e invertida ao livro citado de Schwartz, sobre *As ideias fora do lugar*, que eram trazidas aqui pelos bacharéis que adquiriam ideias ilustradas na Europa, mas eram de famílias escravocratas, portanto, estas ideias estavam fora do lugar, mas adquiriam uma outra função no Brasil daquela época. Já para Cardoso se deveria reconhecer as ideias em seu devido lugar, me parece aqui, da CEPAL, pois ele mesmo no livro se inscreve na corrente deste movimento, ainda que com críticas aos seus limites relativos à especificação das lutas de classe, etc. Porém Cardoso, neste livro citado, se refere a isto em função, diz ele, talvez, de a CEPAL ser, também, uma Instituição internacional. Claro, posteriormente, Cardoso abandonará, como é sabido de todos, suas perspectivas críticas para defender as teses neoliberais.

Para Cardoso e Faletto, conforme escrevem Brandão e Siqueira (2020, p. 11-13), “[...] as teorias anteriores, como as da CEPAL, careciam de determinações sociais e políticas”, pois: “Apesar de seu caráter crítico, as teorias e críticas econômicas da CEPAL não se baseavam na análise do processo social e não chamaram nossa atenção para as relações imperialistas entre os países e não levaram em conta as relações assimétricas entre as classes” (CARDOSO, FALETTO Apud BRANDÃO, SIQUEIRA, 2020, p. 9). Portanto, a dependência não deveria ser analisada como mero reflexo de decisões tomadas no exterior. Mas, como escrevem Brandão e Siqueira,



Celso Furtado e outros pensadores do período, como vimos, invocavam as divergências e os conflitos de classe e a subordinação das elites nacionais aos interesses imediatos e ao conluio com grandes grupos econômicos.

Para Escobar, malgrado o fato de as teorias com visão marxista e neomarxista de desenvolvimento econômico nos países periféricos ganharem visibilidade nos anos 1960 e, em particular, na América Latina, com a teoria da dependência e outras correntes que invocavam um capitalismo periférico e as trocas desiguais, no rastro da CEPAL, e que também criticavam as alianças de classe, elas ainda se baseariam numa ideia de “progresso” e de “racionalidade econômica”. Assim, a “dependência e o intercâmbio desigual eram novidades, mas os espaços discursivos em que se moviam não o era” (ESCOBAR, 2014, p. 140). Como exemplifica o autor, *mutatis mutandis*, o pensamento marxista estava em seu meio com a economia política clássica do século XIX como um “peixe dentro de seu elemento” (FOUCAULT, 1966). Ou seja, o quadro de operação conceitual, apesar de diferencial, ainda operava nos termos dos discursos dominantes da época baseados em “racionalidades econômicas” ocidentais e hegemônicas.¹²

As noções de desenvolvimento e crescimento econômico, arremata Escobar, seriam mecanistas, mesmo quando se invoca a dialética, e se baseavam nos padrões do desenvolvimento ocidental de progresso que era a resposta às interpretações de subdesenvolvimento que se havia criado nas análises dos países do Terceiro Mundo. São círculos sistêmicos fechados e viciosos de interpretação que eludem outros processos geohistóricos, que não se resumem às racionalidades econômicas e à industrialização e que poderiam abrir outras perspectivas e possibilidades culturais e sociais articuladas. Articuladas, acrescentamos, à natureza, ao meio e a todas as suas criaturas.

Nós diríamos que uma deficiência central, vista na perspectiva de hoje, foram as reflexões sobre as questões ambientais e os usos da natureza, que, diga-se de passagem, poderiam, nos tempos atuais, ser atualizadas a partir das trocas desiguais via uma exploração e exploração do Sul Global que continuam utilizando a energia, os minérios, os produtos da agricultura, os animais, as florestas, a terra, em termos de trocas desfavoráveis e submetidos a mercados globais controlados pelas grandes corporações e pelos países do Norte Global. Ademais, lembre-se que as próprias formas de se controlar as emissões de carbono se tornaram *commodities*, que também, podem ser uma forma de neocolonialismo das injunções da “troca da floresta em pé” por estas cotas, uma vez que cotas de emissão de carbono, com vistas a reduzir a emissão, e papéis baseados nestas cotas são trocados no mercado financeiro e foram, diga-se de passagem, objeto de uma investigação recente

¹² Esta afirmação deve ter nuances e muitas aspas, pois, conforme narra Theotônio dos Santos (2016), há na CEPAL e em Celso Furtado, em particular, a busca de um pensamento original que pudesse dar conta da situação de dependência e das inserções subalternas dos países da América Latina no contexto internacional. Theotônio dos Santos, ademais, baseado nessas leituras questiona justamente as “racionalidades” europeias-americanas e seus modelos prontos para o mundo.



indicando que as grandes empresas poluidoras, como as siderúrgicas, os produtores de cimento etc., na Europa aproveitaram-se destas cotas, em um mecanismo falho de gestão destas, para aumentar seus lucros vendendo-as no mercado financeiro, e não reduzindo suas emissões de carbono.¹³

Mas Escobar (2014, p. 143) chama a atenção para não entendermos as teorias econômicas e as suas aplicações nos planos de desenvolvimento e nos planejamentos na América Latina como um simples reflexo ideológico, repetindo o que disseram Cardoso e Faletto, dos imperativos europeus, sobretudo americanos, de se consolidar como potência hegemônica, de operar e obter mais taxas de lucros no exterior, de assegurar o controle das matérias-primas, de expandir o mercado externo para os produtos americanos e, finalmente, de ter um sistema de tutela imperial militar para controlar as nações latino-americanas. Não se devem descartar estas motivações no jogo geoeconômico da geopolítica, porém há um processo complexo e heterogêneo que permitiu ao discurso econômico de elaborar novos objetos, conceitos e metodologias e que se inscreveu em um lugar e numa conjuntura precisas que permitiram que aflorasse nas classes dominantes e parcela dos dominados dos dominantes (classes médias intelectualizadas, burocracias dos Estados, classes urbanas de profissões médias, etc.) as noções de “progresso”, “crescimento” e “desenvolvimento”, produzindo e avalizando uma ideologia dominante que se tornou verdade e poder nas práticas das intervenções dos Estados nacionais e assegurando um lugar privilegiado para a doutrina econômica.

De fato, Mitchell (2011, p. 190), em suas análises sobre a invenção do desenvolvimento e da economia nacional moderna, entre as duas guerras mundiais, como continuidade das inovações introduzidas nos indicadores das economias nacionais, tais quais renda nacional e produto nacional bruto, indicadores de preços, etc., escreve que houve uma “[...] fabricação da ‘economia’ [que] forneceu uma linguagem política nova e cotidiana por meio da qual o Estado-nação poderia falar dele mesmo e imaginar sua existência como alguma coisa de natural, especialmente limitado e submetido a uma gestão política”. Assim, a economia inscreveu o Estado na estrutura mesma da disciplina que, de certa maneira, como disciplina do Estado, cria seu próprio mundo, separando-o de fato dos fenômenos que ela pretendia, como campo de saber, representar: preços, taxas de juros etc. (2011, p. 192). No que nos interessa mais de perto sobre os projetos nacionais de desenvolvimento que foram criados com as instituições internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e seus órgãos regionais, a “perícia” econômica institucionalizada nestes órgãos participa “[...] da construção de uma nova ordem política mundial por meio da publicação de estatísticas e da proliferação de programas políticos que fizeram estas economias separadas seu único objeto” (2011, p. 191), pretendendo controlar os mercados e as concorrências e incentivar o crescimento e

¹³ UE : *le lucratif marché des quotas gratuits de CO2*. Le Monde, 31 de maio de 2023, pp. 6-7 (DELACROIX et al., 2023).



desenvolvimento econômicos, objetivando reinventar um mundo controlado após a crise do mundo colonial europeu e durante a subida em potência do imperialismo americano (2011, p. 192).

Neste sentido “ideológico” e de introdução e aceitação dos termos desta economia mecanista e do “progresso”, as artimanhas da razão imperialista promoveram, em associação com um “novo imperialismo” econômico, a expansão de um “imperialismo cultural”, que repousa “sobre o poder de universalizar os particularismos ligados a uma tradição histórica singular em os fazendo ser desconhecidos como tal” (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 109). Assim, os universalismos do “desenvolvimento econômico” e do “crescimento econômico” são vendidos como modelo pelos projetos e planejamentos dos diversos desenvolvimentismos nacionais na América Latina, sem levar em consideração suas especificidades e se impondo como verdade. Hoje esses universalismos são reiterados por outros economistas como os modelos neoliberais de independência dos Bancos Centrais e na sua ciência infusa da dosagem dos juros, verdadeira cozinha dos bruxos econômicos, outras características inspiradas nas economias centrais, engendrando um neoliberalismo diverso na América Latina, combinado com outras correntes econômicas e diversas combinações com autoritarismo os mais variados (BOISARD; HEREDIA, 2010). Tais universalismos são, portanto, formas de imperialismo cultural e de promoção de pensamentos únicos que também são formas de ataques às populações tradicionais e ao meio ambiente, conforme o exemplo recente e emblemático do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que estimulou a ferro e fogo a devastação da Amazônia e de outros ambientes brasileiros, comandou o ataque em regra aos povos indígenas, incentivou a mineração em reservas florestais e terras indígenas, instigou o armamento da população, entre outras formas de guerra cotidiana.¹⁴

Considerações Finais

Não seguimos aqui uma genealogia detalhada de todas as temporalidades que vieram após os preceitos de desenvolvimento e de crescimento, mas tão somente demos pistas de como se construiu a ideia deste “progresso” que será incorporada por décadas às políticas públicas, mesmo que em contextos diferentes de governamentalidades variegadas, que, claro, pesam de maneira diferencial sobre os destinos da ação pública.

De qualquer maneira, seguir os exemplos dos economistas hegemônicos, e mesmo neste particular dos efeitos sobre os meios das teorias heterodoxas, nos projetos de desenvolvimento e crescimento econômicos

¹⁴ Sobre a aliança recente da extrema direita com o neoliberalismo nos Estados Unidos e no Brasil, bem como uma análise da contrarrevolução neoliberal no Chile de Pinochet e as estratégias de guerra civil do neoliberalismo em nível mundial, apesar de suas heterogeneidades, ver (DARDOT et al., 2021).



assumidos pelas classes dominantes foi algo que engendrou a devastação de culturas, dos meios ambientes, desprezando alertas e perspectivas críticas que já anunciavam diversos autores desde o fim do século XIX e início do século XX, como a vertente americana, que vimos, de economistas preocupados com a devastação dos recursos ou ainda com geógrafos, como (BRUNHES, 1925)¹⁵, preocupados com a ideia de economia destruidora. Assim, a mecânica dos modelos econômicos desconsiderava não somente os aspectos sociais das sociedades tradicionais vivendo em relativa simbiose com meio, mas também os alertas de vários pesquisadores, dentre eles os geógrafos, mas também economistas, contra o crescimento econômico como devastação material-energética da natureza, tema que não abordam boa parte dos analistas da América Latina da época do pós-guerra, inclusive, salvo insuficiência de minha parte, a maioria daqueles de vertente mais crítica, com algumas raras exceções. Assim, a natureza era (é?) vista como um pano de fundo ou uma dádiva ou colocada no patamar de “recurso natural” ou simplesmente lugar de espoliação nos quadros da busca por um “desenvolvimento” e de um “crescimento” recomendado pelas agências internacionais.

Agradecimentos

Esse artigo se inscreve no projeto de pesquisa Geopolítica, geoeconomia e paisagens da infraestrutura do petróleo na região costeira do Sudeste do Brasil, apoiado pelo Edital CNPq/FAPES nº06/2019- Programa de Apoio a Núcleos Emergentes – Pronem. O artigo é apoiado, também, pela Pró-reitoria de Extensão da UFES por meio do projeto de extensão Laboratório de Estudos Urbanos-Regionais, das paisagens e dos territórios.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, P. H. N. M. de. 1992. *Prophétisme économique et mythe du développement en Amérique Latine : Le cas du Brésil* [Tese (Doctorat en Sociologie), Université Paris 1 Panthéon Sorbonne]. <https://www.theses.fr/1992PA010564>
- ANJOS, V. D. dos. (2022). *Yves Lacoste: Linhagens do terceiro mundo como representação geopolítica* [Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237229>
- BOISARD, S.; HEREDIA, M. Laboratoires de la mondialisation économique. *Vingtième Siecle. Revue d'histoire*, 105(1), 109–125, 2010.
- BOYER, R. *Théorie de la régulation : Vol. 1. Les fondamentaux*. La Découverte, 2004.
- BOURDIEU, P., & WACQUANT, L. Sur les ruses de la raison impérialiste. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121-122, p. 109-118, mars. 1998. Disponível em =: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1998_num_121_1_3250. Acesso em: 1º jun. 2023.
- BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. Underdevelopment in Brazil and Its Interpretations. Em *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 2020. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.866>
- BRUNHES, J. *La géographie humaine*. Felix Alcan, 1925.

¹⁵ Lembremo-nos de que Brunhes, com a noção de economia destruidora, não a pensa como criativa, mas segue as ideias já desenvolvidas no século XIX da termodinâmica.



- CARDOSO, F. H.. *As idéias e seu lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento* /. Vozes, 1984.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Zahar, 1970.
- DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. *A escolha da guerra civil: Uma outra história do neoliberalismo*. Elefante, 2021.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (1ª edição). Companhia das Letras, 1996.
- DELACROIX, G.; PICAUD, E.; LUC, M. (Data). (2023, maio 30). UE : le lucratif marché des quotas gratuits de CO2. *Le Monde.fr*. https://www.lemonde.fr/planete/article/2023/05/30/comment-les-entreprises-polluantes-ont-transforme-les-quotas-gratuits-de-co-en-un-marche-de-plusieurs-milliards-d-euros_6175369_3244.html
- ESCOBAR, A. *La invención del desarrollo*. Universidad del Cauca, 2014.
- FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Gallimard, 1966.
- FOUCAULT, M. *La Naissance de la biopolitique*. Seuil, 2004a.
- FOUCAULT, M. *Sécurité, Territoire, Population*. Seuil, 2004b.
- FURTADO, C. *O Mito Do Desenvolvimento Econômico*. Círculo do Livro, 1974.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Loyola, 1999.
- HERSCOVICI, A. (2020). Valor, Ciência Econômica e Historicidade: Reflexões a respeito da hipótese substancial: Um estudo preliminar. *Geografares*, 31, Artigo 31. <https://doi.org/10.7147/geo.v1i31.32853>
- LACOSTE, Y. (1981). *Géographie du sous-développement*. Presses Universitaires de France - PUF.
- LACOSTE, Y. (1991). *Contra os Anti Terceiro Mundistas e Contra Certos Terceiro Mundistas*. Ártica.
- LAUTIER, B.; DE MIRAS, C.; MORICE, A. (1991). *L'État et l'informel*. Harmattan.
- MARTINS, L. (1984). La notion de pôle de développement : Ou comment un outil théorique devient un instrument de développement régional. Em J. Revel-Mouroz (Org.), *L'État aménageur en Amérique Latine : Villes et ports industriels* (p. 13–28). Éditions de l'IHEAL. <https://doi.org/10.4000/books.iheal.2234>
- MENDES, C. (1977). *Le Mythe du développement*. Seuil. <https://www.leslibraires.fr/livre/609452-le-mythe-du-developpement-seuil>
- MITCHELL, T. (2011). Carbon Democracy: Le pouvoir politique à l'ère du pétrole. Em [Http://journals.openedition.org/lectures](http://journals.openedition.org/lectures). La Découverte. <https://journals.openedition.org/lectures/12045>
- OLIVEIRA, F. de. (1975). *Crítica à razão dualista* (1º ed). Cebrap.
- OLIVEIRA, F. de. (1977). *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes*. <https://repositorio.usp.br/item/001241248>
- PERROUX, F.; BOUDEVILLE, J.R. (1968). *L'espace et les pôles de croissance*. Ed. PUF.
- SANTOS, M. (1971). *Les villes du Tiers Monde*. Génin.
- SANTOS, M. (2002). *O Espaço Dividido*. Edusp.
- SANTOS, T. (2016). *Desenvolvimento e civilização*. Eduerj.
- SCHUMPETER, J. A. (1978). *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Círculo do Livro.
- SCHUMPETER, J. A. (2016). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Unesp.
- SCHWARZ, R. (2014). *As ideias fora do lugar*. Penguin-Companhia das Letras. <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788563560957/as-ideias-fora-do-lugar>
- TRINDADE, H. (2021). *Uma longa viagem pela América Latina: Invenção, reprodução e fundadores das ciências sociais*. Clacso. <https://www.clacso.org/uma-longa-viagem-pela-america-latina/>
- WALLERSTEIN, I. (2006). *Impensar a Ciência Social: Os Limites dos Paradigmas do Século XIX*. Aparecida Ideias & Letras.